

Narrativas sobre o patrimônio: Rodrigo Melo Franco de Andrade, redes de sociabilidade e a escrita do patrimônio na Revista do Patrimônio (1937- 1945)

André Fabrício Silva^{*}
Priscila Faulhaber^{**}

Recebido em: 29/01/2019
Aprovado em: 11/02/2019

* Doutorando, mestre e museólogo pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, 2019). Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, 2013). Pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Museologia, Teoria Museológica e Patrimônio (LAMUPi) do Departamento de Museologia da UFOP e coordenador do Programa de Educação Patrimonial da Prefeitura Municipal de Mariana (MG). Email: andrefabricio.ufop@gmail.com.

** Doutora em Ciências Sociais na área História Intelectual e Etnografia do Saber (UNCAMP, 1992), com Pós-Doutorado em Antropologia pela Universidade da Califórnia em Los Angeles (2008). Pesquisadora Titular do MAST e professora do corpo permanente da Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO). Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFAM). Email: pfaulhaber@globocom.com.

Resumo

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi o um dos primeiros órgãos a estabelecer uma narrativa oficial sobre o patrimônio cultural no Brasil. Criado em 1937, teve como primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, que permaneceu no cargo até o ano de 1967. Dentre as medidas de proteção ao patrimônio, Rodrigo Melo Franco de Andrade cria a linha editorial do SPHAN, com as séries Publicações do SPHAN e Revista do Patrimônio, que se tornou um espaço de legitimação das ações do órgão. A Revista do Patrimônio apresentou, durante o período do Estado Novo, uma variedade de autores que procuraram, por meio dos artigos publicados, elaborar distintas narrativas sobre o patrimônio histórico e artístico nacional. O presente trabalho, a partir da perspectiva que envolve o universo editorial e destacando a figura do editor, pretende analisar a dinâmica interna desta rede de sociabilidade, procurando compreender em que medida Rodrigo Melo Franco de Andrade, como editor da revista, articulou, de acordo com seus interesses, a escrita sobre o patrimônio histórico e artístico nacional consagrada por meio da Revista do Patrimônio.

Palavras-chaves

Patrimônio; Rodrigo Melo Franco de Andrade; editor; Revista do Patrimônio

Abstract

The Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) was one of the first federal agency to establish an official narrative on cultural heritage in Brazil. SPHAN was created in 1937 and Rodrigo Melo Franco de Andrade was the first director, who remained in this position until 1967. Among the policies of heritage protection, Rodrigo Melo Franco de Andrade set a SPHAN editorial line with Publicações do Sphan and Revista do Patrimônio, which became a space of legitimation of the federal agency actions. The Revista do Patrimônio presented, during Estado Novo period, a variety of authors from different research areas that sought, through articles published, to develop different narratives on the national historical and artistic heritage. From the perspective that surrounds the editorial universe and highlighting the figure of the editor, this study intends to analyze the internal dynamics of this sociability network and understand to what extent Rodrigo Melo Franco de Andrade, as editor of the magazine, articulated, according to his interests, the writing on the national historical and artistic heritage notorious through the editorial line of SPHAN.

Keywords

Heritage; Rodrigo Melo Franco de Andrade; Editor; Revista do Patrimônio

Narrativas sobre o patrimônio: Rodrigo Melo Franco de Andrade, redes de sociabilidade e a escrita do patrimônio na Revista do Patrimônio (1937- 1945)

Introdução

Diversos especialistas de áreas distintas têm se debruçado sobre o campo do patrimônio no intuito de compreender a gênese das discussões sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro. Esse esforço tem apresentado uma série de contribuições de arquitetos, arqueólogos, antropólogos, sociólogos, museólogos e historiadores na construção de narrativas sobre o patrimônio, cujo debate central permeia a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN),¹ as polêmicas, os intelectuais envolvidos e as políticas do Estado Novo na consagração da ideia de patrimônio no Brasil.

Se as discussões sobre o patrimônio e a importância do SPHAN na configuração daquilo que se denominou como patrimônio histórico são latentes nesse debate, mais ainda é o crescente número de olhares sobre documentos diversos, aumentando sobre esse campo o espectro de análise sobre as narrativas patrimoniais.

Um objeto que vêm despertando, e despertou, o interesse de vários pesquisadores é a *Revista do Patrimônio*, editada pelo SPHAN desde 1937. Esta surgiu logo após a criação do SPHAN e procurou demarcar um espaço de excelência na produção sobre a história, a arte e a arquitetura brasileiras. Durante muitos anos, foram publicados artigos e ensaios sobre patrimônio nacional, Arte e História, com a colaboração de diversos especialistas ligados aos quadros do SPHAN e também de outras instituições, como Lucio Costa, Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Curt Nimuendajú² Afonso de E. Taunay dentre outros.³ É a primeira publicação a tratar exclusivamente dos monumentos históricos e artísticos no país, que até então, como afirma Rodrigo Melo Franco em seu prefácio a 1ª edição, se achavam “dispersos em folhetos, jornais e revistas, cuja procura requer esforço e paciência”.⁴

É interessante notar que a política editorial do SPHAN foi dirigida por Rodrigo Melo Franco. Ele, além de buscar sedimentar o sentimento de pertencimento à memória nacional, procurou, como diretor da revista, sedimentar também uma “cultura do patrimônio” da qual ele próprio seria o principal articulador. Isso se reflete na sua política de escolha de intelectuais que publicaram trabalhos na revista. Além disso, serviu como mecanismo de legitimação pública das práticas do SPHAN.

A revista foi um espaço de estudos de diversos intelectuais brasileiros que despontavam nos anos 1930 e 1940 no bojo dos debates sobre a identidade nacional. Tinha um perfil acadêmico e um público específico, aquela comunidade intelectual que se preocupava com o estudo da história nacional. A revista instituiu-se como um lugar dotado de legitimidade para centralizar as discussões sobre o patrimônio. A emergência de valores identitários no debate político estrutura um novo panorama no cenário social brasileiro, oferecendo ao intelectual uma posição diferenciada e uma função social na sociedade. As tomadas de posição deste “novo ator” tornam-se visíveis principalmente através da revista.

Devido os aspectos apresentados, a revista tornou-se importante fonte de pesquisa, ora servindo como objeto, ora como documento de pesquisa. Nesse processo, distintas foram as abordagens em torno do periódico. É de suma importância para as pesquisas sobre o patrimônio no Brasil, justamente por ser um instrumento por meio do qual se legitimou esse novo campo no país.⁵

O campo das Ciências Sociais foi o primeiro a se debruçar sobre as políticas de consagração do patrimônio no Brasil, entendendo a *Revista do Patrimônio* como importante ferramenta nesse processo. Os estudos abordados nesse campo apresentavam aspectos ligados ao tombamento, à concepção patrimonial, ao inventário dos bens, aos restauros conduzidos, onde a revista aparecia apenas para confirmar aspectos das práticas do SPHAN, sem análises aprofundadas de seu encadeamento lógico e do seu processo construtivo.⁶

No âmbito do campo da História, a revista representou um outro espaço, tornando-se agora objeto de estudo ao mesmo tempo que seus artigos servem como fontes de análises para a compreensão das ações políticas que ocorriam no Estado Novo e afirmações de narrativas sobre o patrimônio. Destaca-se pela representação da Revista do Patrimônio como um ambiente que, sobre o olhar de variadas observações teóricas, ora torna-se um espaço de “lugar de memória”, ora serve como espaço de recuperação da memória e do patrimônio; campo para o debate intelectual; rede de sociabilidade; lugar de consagração dos estudos sobre a História da Arte e do Patrimônio e/ou ferramenta para a legitimação de personagens históricos. É vista como foco central, tanto para a afirmação das políticas do SPHAN, como espaço em que as ideias nacionalistas do Estado Novo eram debatidas. Permite compreender a revista para além do objeto em si, relevando seus atores, o ambiente político em que estava inserida,

os processos de produção, publicação e circulação. Destaca-se, em alguns aspectos, o importante papel de Rodrigo Melo Franco, durante o período que foi diretor do SPHAN, na produção do periódico.⁷

O papel representado por Rodrigo Melo Franco merece destaque para o propósito do artigo. Recorrentemente, quando são tratadas as discussões sobre a gênese da ideia de patrimônio no Brasil, tende-se naturalmente a ligar a consolidação do discurso oficial sobre o patrimônio ao órgão SPHAN. Na mesma medida, quando se trata da revista, é comum destacar a participação de diversos intelectuais na consolidação desses discursos, na medida que colaboraram com a publicação produzindo trabalhos que trataram em sua maioria dos bens materiais da história nacional.

Pesquisas realizadas na Casa Rui Barbosa e no Arquivo Central do IPHAN permitiram encontrar uma série de cartas trocadas entre Rodrigo Melo Franco e diversos intelectuais ao longo de sua carreira, que permitem abordar um outro aspecto sobre a figura de Rodrigo: a de editor. Os documentos apresentam Rodrigo Melo Franco como um grande articulador, buscando especialistas consagrados nas mais diversas áreas para publicarem na revista. Esses autores constituíram uma rede de alianças e uma reciprocidade nas trocas, onde seus discursos legitimavam a ação institucional. Permitem estabelecer o grau de intimidade estabelecido entre Rodrigo e os colaboradores da publicação, e, como, em alguns casos, exerceu o papel de editor, solicitando artigos, propondo estudos, sugerindo e realizando correções, traduzindo textos, além de revelar o grau de intimidade estabelecida com os diversos intelectuais que publicaram na *Revista do Patrimônio*. Admite observar a importância do seu papel enquanto editor na articulação da escrita do patrimônio, revelando em certo sentido que, parte dos textos publicados na revista passou pelo seu olhar.

Editor, autor e texto

Segundo Eliana Regina de Freitas Dutra, os editores são considerados “homens duplos”, figuras intermediárias que se movimentam entre os produtores de cultura e o público, difundindo a novidade cultural. É importante não somente para identificar a construção das tradições editoriais, mas, principalmente para analisar os pontos de contato entre estas e o projeto pedagógico e discursivo específico de afirmação da cultura nacional. É a pessoa encarregada de organizar um periódico, na medida em que seleciona, revisa e supervisiona previamente aquilo que se pretende publicar.⁸ Por ser

um sujeito responsável por uma “missão social”, Pontes trata os editores como heróis da cultura, assim como os intelectuais e escritores. Ao empenharem-se em cumprir um papel social análogo a estes, eram inseridos como responsáveis, o mediador cultural, na difusão e consolidação de ideias.

Roger Chartier destaca o papel de natureza intelectual e comercial do editor caracterizada pela busca de textos e autores, controlando dentro do processo editorial, desde a impressão da obra a sua comercialização.⁹ Afirma que a relação entre editor e autor se estabelece pelo que o autor chama de “reciprocidade”,¹⁰ compreendido dentro do parâmetro da “dedicatória”.¹¹ Dentro dessa relação, o editor se beneficia do autor à medida que oferece uma contrapartida, seja ela um cargo, um emprego ou um pagamento pela criação. Além disso, essa relação de “reciprocidade” visa oferecer ao editor aquilo que ele já desejava previamente, permitindo afirmar que mesmo não produzindo determinado texto, suas ideias e intenções se encontram implícitas.¹²

No quadro que envolve o universo editorial, além da figura do editor e do autor, Chartier se atém à importância da escrita, ao poder da palavra impressa, afirmando que todo texto tem um aspecto material, uma materialidade, cuja forma tem uma grande representação social.¹³ Um texto possui, nesse sentido, uma série de elementos que expressam as múltiplas relações implícitas entre o autor e o editor, as leis do mercado e a própria relação entre os autores e leitores.¹⁴ A sustentação textual está ligada aos elementos narrativos de um texto, da estrutura literária que leva o leitor a formar um pensamento que é determinado pela estrutura da obra. As formas pelas quais o texto se insere na página, conferindo à obra uma forma fixa, mobilidade e instabilidade, diz muito sobre o significado do texto.

Isso permite afirmar que autor e obra são sempre permeados por uma mediação. Nem todo texto, mesmo atribuído a um único autor, representa necessariamente a ideia deste. Como afirma Chartier, “autores não escrevem livros, nem sequer seus próprios livros. Livros sempre são resultados de múltiplas operações que supõem uma ampla variedade de decisões técnicas e habilidades”.¹⁵ Assim entendemos que o universo editorial é permeado por uma rede complexa de indivíduos e ações. Como foi possível notar, a produção do autor, o sentido dado ao texto, a forma como o leitor tem acesso a determinado texto estão intimamente ligados ao processo editorial cuja figura do editor é determinante na produção desse texto, sua circulação e absorção por parte do leitor. Rodrigo Melo Franco, enquanto editor da Revista do Patrimônio, soube articular bem

esse papel, estabelecendo dentro de sua rede de sociabilidade uma profunda relação de “reciprocidade”, admitindo assegurar que parte dos debates em torno do patrimônio passasse pelo crivo de suas ideias. A Revista do Patrimônio pode ser representada dentro da metáfora do livro como criatura humana, onde a figura de Rodrigo Melo Franco editor pode ser comparada à “(...) figura de Deus como editor, que põe sua imagem na prensa de impressão, de modo que “a cópia esteja de acordo com a forma que deveria ter (...)”.¹⁶

Rodrigo Melo Franco editor e a construção da escrita do patrimônio na *Revista do Patrimônio*

A centralidade da política editorial do SPHAN é então definida por Rodrigo Melo Franco editor que, mesmo antes da regulamentação do órgão, já articulava a publicação do primeiro número da revista. Tal acepção pode ser percebida nas correspondências trocadas entre Rodrigo e Mário de Andrade. Cinco meses antes do decreto lei 25/37, Rodrigo procurava por meio de sua rede de sociabilidade articular a produção de material para publicar o primeiro número da revista. Em carta enviada a Mário de Andrade no mês de junho de 1937 diz:

Mas o motivo principal dessa carta é o seguinte: estou providenciando agora no sentido de reunir material para o primeiro número da revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que desejo publicar no fim deste mês. Será uma publicação semestral, pois parece impossível fazê-la mais frequente, atendendo-se à escassez de trabalhos aproveitáveis para a sua finalidade. Para o primeiro número, sua colaboração é imprescindível. Consulto-o, portanto, se você não terá aí alguma coisa pronta que sirva para a revista. Caso não tenha, ser-lhe-á inteiramente impossível escrever uma nota, pequena que seja — pelo menos para prestigiar a publicação com seu nome entre o dos colaboradores? Os originais me devem chegar às mãos até o próximo dia 15 deste. Se não for abusar de sua bondade, peço-lhe também com muito empenho o favor de ver se me arranja até aquela data, além de alguma coisa de sua autoria, qualquer colaboração dos auxiliares que você tomou, relacionada com uma das obras a tombar pelo Serviço. O que é preciso, de qualquer maneira, é que São Paulo não deixe de figurar na revista.¹⁷

Tudo indica que, para o primeiro número da revista, não interessa a Rodrigo um estudo elaborado, científico, tendo em vista que solicita a Mário de Andrade “qualquer trabalho”, e, caso não tenha, se é possível escrevê-lo. Isso se reflete da mesma forma no tempo dado para elaboração do texto tanto por parte de Mario de Andrade quanto por seus auxiliares. Rodrigo Melo Franco envia a carta no dia 06 e pede que sejam enviados os originais até o dia 15 do mesmo mês. Menos de 10 dias para que se produza um texto

sobre algum bem a ser tombado pelo futuro SPHAN. Mario de Andrade esclarece ser impossível realizar um trabalho digno em tão pouco tempo:

É impossível, humanamente impossível fazer coisa boa pra revista de vocês. Pedi ao Nuto os dados que lhe encomendei. Dados gerais. Só pode me entregar no sábado. Verei o que se poderá fazer. Quanto a Luiz Saia talvez seja possível algum trabalho dele (...) vou fazer apenas o possível, mas creio que esse possível será impossível. Se você nos desse ao menos até dia 30 deste. Veja se dá, e escreva. E o folclore? Já pode entrar na revista?¹⁸

Além de sugerir o adiamento do envio dos artigos, Mario de Andrade aponta que dois de seus auxiliares irão produzir um texto para a revista conforme solicitado por Rodrigo Melo Franco. Em relação à data do envio dos textos Rodrigo resolve adiar, tendo em vista o pedido de Mário de Andrade. Este envia o artigo somente no dia 01 de julho de 1937.

Rodrigo, enfim aqui vão os artigos. Escrevi meu artigo em tempo. A demora veio exclusivamente dos auxiliares! O engenheiro Luiz Saia só agora, são 13 e 25, me telefona avisando que vem trazer os planos... Tenho interesse em saber se lhe agradaram os artigos (...).¹⁹

A publicação do primeiro número da revista foi realizada com um atraso muito maior do que o desejado por Rodrigo, como consequência do atraso no envio do artigo por parte de outros colaboradores, dentre eles os artigos de “(...) dona Heloisa,²⁰ do Roquette Pinto, do Carlos Leão e do Augusto Meyer”.²¹ Da contribuição paulista exigida por Rodrigo Melo Franco, Mario de Andrade colaborou com o artigo “A Capela de Santo Antônio” e Nutto Sant’anna com o texto “A Igreja dos Remédios”. Luiz Saia não teve seu texto publicado. Certo é que Rodrigo desejava de qualquer forma que o patrimônio paulista figurasse na 1ª edição da revista, para isso, articulou através da sua rede de amizade tanto a participação de Mario de Andrade quanto de Nutto Sant’Anna, por intermédio daquele.

Luiz Saia só viria a publicar na 3ª e na 8ª edição da revista, com os artigos “O alpendre nas capelas brasileiras” e “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século”, respectivamente. A respeito do texto publicado na 3ª edição, uma importante análise se faz necessária, que permitirá perceber a influência do editor tanto no processo de produção de um texto quanto nas articulações que evite o embate entre autores dentro de um periódico. Afim de não descaracterizar os estudos produzidos pelos técnicos do órgão, Rodrigo Melo Franco interferiu no texto produzido por Luiz Saia, que, segundo ele, deslegitimaria os trabalhos de Gilberto Freyre.

O artigo elaborado por Luiz Saia foi entregue a Rodrigo por Mario de Andrade alertando o editor da possível divergência em relação a Gilberto Freyre:

O Mario ainda não me mostrou o artigo que você deve ter remetido a ele, contendo uma divergência com o Gilberto Freyre (...), no entanto calculo que ele não tarde a me mandar o trabalho interessado pelo que você produz e não, de modo algum, como censor de opiniões ali emitidas em sentido contrário as de outros técnicos do quadro desta repartição.²²

Rodrigo procura esclarecer que não pretende analisar o artigo realizado por Luiz Saia com um olhar de censura, almejando respeitar as opiniões divergente entre os técnicos do SPHAN a respeito das distintas abordagens sobre o patrimônio. Porém, sua primeira ação foi enviar o artigo a Pernambuco para que, provavelmente, Gilberto Freyre pudesse ter acesso e explanar suas opiniões: “Mario já me entregou o artigo em que você diverge do Gilberto. Logo que eu puder ler todo ele, como desejo, tratarei de remetê-lo para Pernambuco, recomendando urgência na devolução”.²³

Mesmo que em um primeiro momento Rodrigo tenha transparecido imparcialidade, ao final, o que prevaleceu foi o seu lado editor, dessa vez influenciado pelo ciclo de amizade, em que procurou proteger a imagem do seu amigo Gilberto Freyre de possíveis críticas. A própria amizade com Luiz Saia fez com que Rodrigo, de forma solícita, interferisse no artigo sem que se estabelecesse qualquer relação de animosidade:

Meu caro Saia. Antes de me chegar às mãos o envelope contendo sua carta do dia 18 com o artigo para a revista, recebi a que você me escreveu depois, com um acréscimo a ser introduzido no texto do seu trabalho. Vou tratar imediatamente de fazer o que você recomenda e, *uma vez que lhe ocorreu espontaneamente me facultar introduzir alterações no artigo, tomarei a liberdade de retirar do seu trabalho a feição que ele tinha originalmente de retificação a um ponto de vista do Gilberto Freyre* [grifos nossos]. Isso, por duas razões: 1^a) porque as considerações que você faz, apoiado em observações e pesquisas pessoais, assim como em profusa bibliografia, têm um alcance que excede o caráter de uma simples retificação ao palpite gilbertiano; 2^a) porque, tendo aparecido ultimamente várias críticas pejorativas aos livros do Gilberto (...) parecera talvez inamistoso acrescermos neste momento o número dos impugnadores da obra desse nosso companheiro. *Por esses motivos, caso você não tenha nada a opor à liberdade que tomo, farei algumas ligeiras alterações no seu artigo, excelente. Esteja certo, porém que o trabalho não será prejudicado com essa iniciativa, muito menos, desfigurado o pensamento com que foi composto* (...) [grifos nossos].²⁴

No interesse em proteger o amigo Gilberto Freyre das críticas, tenta qualificar a retificação feita por Luiz Saia como elaborada demais, o que demonstra que, mais do que um simples palpite, tinha embasamento para questioná-lo, o que justificaria as possíveis críticas que Gilberto Freyre poderia sofrer. Não se sabe ao certo o quanto

Rodrigo Melo Franco interferiu no pensamento de Luiz Saia, porém a carta revela que o texto publicado na 3ª edição do periódico teve interferência direta de Rodrigo.

O artigo “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século” foi igualmente construído sob o olhar crítico de Rodrigo Melo Franco. A princípio, o artigo era para ser enviado no fim do ano de 1944. Como alguns artigos da revista tratam dos trabalhos desenvolvidos pelos técnicos do SPHAN, em casos específicos, ocorrem atrasos na entrega dos artigos em decorrência de novas descobertas realizadas pelos técnicos. É o que ocorre com Luiz Saia. Possivelmente o artigo sairia em edições anteriores a 8ª edição, porém, Luiz Saia atrasa a entrega do artigo por realizar novas descobertas sobre o tema:

Como prometi, devia mandar-lhe o meu trabalho sobre a arquitetura rural do segundo século antes de findar este ano. Na verdade, o trabalho estava sendo terminado e já estava sendo passado a limpo, mas acontece que foi descoberta nos arredores de S. Paulo, no bairro de Tatuapé, um outro exemplar, cuja importância é grande não só do ponto de vista de uma construção seiscentista mas também como confirmação e esclarecimento de certas observações feitas durante o texto do artigo pra revista (...). Nestas circunstâncias pensei que um atraso de alguns dias seria justificado e creio que até dia 6 o trabalho estará acabado”.²⁵

O artigo só seria publicado dois anos mais tarde. Provavelmente o autor continuou a realizar achados que interessavam ao artigo, mas é possível afirmar que Rodrigo tenha contribuído para o atraso da publicação. Após receber o artigo, solicitara diversas notas e desenhos que achava que deveria configurar no texto. Além disso, algumas obras tratadas haviam sido restauradas durante a produção do artigo, fazendo com que Rodrigo exigisse fotos dos bens restaurados para serem publicadas junto ao artigo:

Para completar as ilustrações do seu artigo sobre as construções civis existentes no Estado de São Paulo, reitero-lhe a solicitação anterior, no sentido de remessa de uma boa fotografia da Casa Grande de Tatuapé, à qual lhe peço juntar também fotografia do estado atual da fachada da Capela do Sítio de Anto Antônio (...).²⁶

Era interesse de Rodrigo Melo Franco que na 1ª edição da Revista fossem publicados artigos sobre o trabalho desenvolvido pelo SPHAN em todas as regiões do Brasil. Isso se reflete na exigência da participação dos técnicos de São Paulo e nos textos publicados na 1ª edição da revista, que abrangiam as regiões Sul, Centro, Este, Nordeste e Norte.²⁷

Foi visto que Rodrigo adiar a publicação da revista devido ao atraso no envio dos artigos por parte de alguns colaboradores. Dentre eles, Rodrigo Melo Franco cita o

nome de Augusto Meyer. Convidado por Rodrigo no ano de 1937, Augusto Meyer participou como representante do SPHAN da 7ª região, a qual compreendia os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo sua sede em Porto Alegre. A exigência que fizera ao grupo paulista para colaborar com a revista foi feita a Augusto Meyer quanto aos colaboradores do SPHAN da 7ª região.

Abri a carta que lhe escrevera ontem para acrescentar este recado urgente: No fim deste mês deve ser publicado o 1o número da revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sua colaboração é imprescindível. Tomo, portanto, a liberdade de pedir-lhe com o maior empenho o favor de elaborar um artigo sobre qualquer das obras a inventar aí: São Miguel ou qualquer outra. Rogo-lhe também a bondade de conseguir um artigo do Dr. Alcides Maya ou outro especialista que lhe parecer indicado a respeito do Museu Júlio de Castilhos. Será possível arranjar isso?²⁸

Procede de maneira idêntica no que tange à exigência de “qualquer” artigo, contanto que seja enviado a tempo de ser publicado no primeiro número da revista. Articula novamente sua rede de sociabilidade a fim de conseguir artigos de outros autores indicados por Augusto Meyer. A princípio, Rodrigo tem uma resposta satisfatória sobre a produção do artigo, mas que se tornará em recorrentes e insistentes pedidos para que Augusto Meyer colabore com a revista.

Muito obrigado pelas providências que tomou para arranjar colaboração para a revista (...). Espero, pois, que o senhor não deixe de escrever o trabalho sobre as velhas estâncias ainda para o primeiro número. É imprescindível uma contribuição sua, mesmo que tenha de ser coisa curta.²⁹

Rodrigo Melo Franco procurou insistentemente obter a colaboração de Augusto Meyer, e de seus indicados. Não se sabe ao certo os motivos, porém Augusto Meyer não publicou na 1ª edição da Revista, e em nenhuma outra dentro do nosso recorte. Da mesma forma, não houve a colaboração de outros técnicos do SPHAN ligados a 7ª região.

Quanto mais próximo os laços de afetividade entre Rodrigo e alguns colaboradores da revista, mais informal era o processo de articulação na produção dos textos a serem publicados. Nesse caso, a escrita dos artigos não seguia padrões formais quanto à estrutura do texto, qualidade do papel, que só entrariam nas normas de paginação quando fossem impressos na revista. O artigo “Documentação necessária”, publicado por Lucio Costa na 1ª edição da revista, fora entregue a Rodrigo Melo Franco dentro desse parâmetro de informalidade estabelecida pelos laços de amizade. Nos documentos pessoais de Rodrigo se encontra o texto escrito a mão por Lucio Costa, em folhas avulsas de um bloco de anotações, como um rascunho, enviado a Rodrigo,

provavelmente atendendo a sua encomenda para que contribuísse com um artigo para a publicação. Salomão de Vasconcelos, em um cartão do seu escritório, escreve agradecendo Rodrigo Melo pelo elogio ao artigo que enviou para ser publicado: “Recebi sua última carta e muito envaidecido fiquei de saber que o artigo servirá”.³⁰

De maneira semelhante, Gilberto Freyre envia um trabalho sobre Louis Vauthier tratando da descoberta do seu diário sobre viagem realizada no Brasil. O texto sobre Vauthier foi publicado na 1ª edição da revista como uma pequena nota e sem autoria e foi abordado na 7ª edição com autoria de Gilberto Freyre, analisando a arquitetura doméstica no Brasil a partir das cartas e do diário de Vauthier. O documento de que trata o texto enviado por Gilberto Freyre diz respeito à nota publicada na 1ª edição. Também escrito a mão, o documento releva que a nota da revista, a princípio, seria um prefácio referente a algum texto sobre Louis Vauthier. Nele, se encontra um recado de Gilberto Freyre a Rodrigo Melo Franco sugerindo fazer as devidas modificações e que fosse enviado novamente a ele. Rodrigo editor realiza suas correções em todo o texto, riscando parágrafos e reescrevendo-os à sua maneira. A nota publicada na 1ª edição da revista revela um texto totalmente distinto ao que fora enviado por Gilberto Freyre. As modificações feitas por Rodrigo fizeram surgir um novo texto, que entendemos como passíveis de reflexão a partir das discussões apresentadas por Chartier sobre os sentidos dados à obra, quando sua linguagem é modificada a partir da interferência do editor.

Como Gilberto Freyre era amigo íntimo de Rodrigo, é possível afirmar que este solicitara ao amigo indicações de autores para publicarem na revista. É o que sugere Gilberto Freyre em carta enviada a Rodrigo Melo Franco em julho de 1937: “Aníbal deve mandar um artigo sobre traços de influência (ilegível) na arquitetura do Recife. Artigo para a revista (...)”.³¹

O autor de que trata Gilberto Freyre é Aníbal Fernandes, que publicou na 1ª edição da revista o artigo “A Igreja dos Montes Guararapes”. Outra relação de amizade da qual Rodrigo Melo Franco se beneficiou foi a estabelecida com Noronha Santos. Um dos autores que mais publicou na Revista do Patrimônio. Noronha Santos era uma espécie de enciclopédia para Rodrigo Melo, a quem sempre recorria quando tinha dúvida a respeito da história de algum bem a ser tombado pelo SPHAN. Carlos Drummond de Andrade descreve bem essa relação:

Mais perto de nós, Rodrigo M. F. de Andrade, diretor do SPHAN, não tomava iniciativa de promover o tombamento de qualquer capelinha da zona rural, vestígio forte, ponte, chafariz ou casa no Rio, sem dizer à sua secretária: — Por

favor, D. Judite, telefone ao velho Noronha e pergunte se ele pode vir conversar com a gente.³²

O contato entre ambos era estabelecido de maneira informal, ora através de bilhetes e, em raras situações, por meio de cartas oficiais enviadas em nome do SPHAN. Noronha Santos era um grande conhecedor da história do Rio de Janeiro e em diversas ocasiões Rodrigo utilizava desse conhecimento para esclarecer algum ponto sobre a história da cidade e seus personagens. Quando tinha dúvida sobre alguma personalidade histórica, não hesitava em solicitar a ajuda do amigo.

Remeto-lhe inclusa cópia de uma notícia publicada pelo *O País*, em 1889, a respeito de um neto de Tiradentes, que o Sr. Marques dos Santos submete a argúcia deste Serviço. Recorro, pois, às luzes do prezado amigo, consultando-o sobre a possibilidade de apurar-se quem seria o comendador Nuno Telmo e se o mesmo porventura terá deixado descendentes.³³

Mesmo quando não era de seu interesse, Rodrigo recorria a Noronha Santos, atendendo a pedidos de terceiros, que por seu intermédio, desejava obter informações a respeito de alguns dados históricos:

A fim de esclarecer certos pontos obscuros das correspondências entre D. Pedro I e a marquesa de Santos, do período compreendido entre 1822 e 1829, o nosso ilustre patricio Dr. Alberto Rangel solicita-lhe por meu intermédio, o grande favor de lhe transmitir o que consta de seu precioso arquivo ou for do seu doutíssimo conhecimento sobre o seguinte: Ponte de Queiroz (em São Cristóvão); Canto do Guilherme (também em São Cristóvão). Chácara do marquês de Barbacena (na Fábrica das Chitas); quem terá sido Ritchard (talvez negociante de cavalo ou de carruagens).³⁴

Alberto Rangel, citado por Rodrigo Melo Franco, publicou na 6ª edição da Revista do Patrimônio o artigo “O álbum de Highcliffe”, cujo tema é a produção artística realizada no Brasil, principalmente no período em que D. Pedro I foi imperador, o que sugere que Rodrigo buscou colaborar com o artigo de Alberto Rangel solicitando dados desse período. Noronha Santos colaborou com a revista desde a 1ª edição com artigos sobre bens relacionados à cidade do Rio de Janeiro.³⁵ Como as cartas indicam, esses artigos provavelmente foram realizados a pedido de Rodrigo, tendo em vista que desde a elaboração do primeiro número da revista ele já solicitava para amigos e colaboradores do SPHAN a produção de artigos que pudessem figurar na publicação.

Mesmo contando com uma rede de amizade que permitia Rodrigo articular suas ações em torno do SPHAN, os embates sempre estiveram presentes. Nos primeiros anos de atividade do SPHAN, Rodrigo Melo Franco teve que travar uma grande luta com diversos setores da sociedade pela defesa do patrimônio. Grande parte se deu com

setores da igreja, que detinham o poder sobre elevados objetos do patrimônio histórico e artístico brasileiro, e que até então não tinham em mente uma ideia clara do grande valor artístico e histórico que esses objetos representavam.

Rodrigo Melo Franco recorrentemente buscava por meio dos valores da Igreja Católica mostrar a importância artística dos bens ligados à igreja. Quando este não era efetivo, recorria à Constituição e exigia a aplicabilidade da lei referente à proteção do patrimônio. Além disso, direcionava-se a figuras representativas dentro da estrutura hierárquica da Igreja Católica para que esta pudesse intervir em nome do SPHAN:

Recorrendo mais uma vez à sua insigne autoridade da qual já tanto se tem beneficiado esta repartição (v.g.) venho apelar encarecidamente para Vossa Eminência no sentido de recomendar a todas representantes eclesiais do país o cumprimento da disposição no Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro, sobretudo na parte relativa à execução de obras de qualquer natureza em edifício tombado (v.g.) as quais não podem ser realizadas sem a autorização deste serviço (pt).³⁶

Apesar da divergência com alguns setores da Igreja Católica, em alguns casos Rodrigo não enfrentou resistência. Um dos grandes objetos de interesse de Rodrigo foi os mosteiros de São Bento. Destacamos o diálogo com D. Bonifácio Jansen:

Atendendo à circunstância de não terdes respondido à notificação nº 120, que vos foi expedida por este serviço em 18 de fevereiro do corrente ano, cumpre-me notificar-vos para, nos termos do artigo 9º, do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e dentro do prazo de 15 dias a contar do recebimento desta, anuídes ao tombamento da Igreja de S. Bento sita em Olinda, da qual sois representante legal na qualidade de abade do Mosteiro de São Bento, ou se o quiserdes impugnar, oferecerdes dentro do mesmo prazo, as razões de vossa impugnação”.³⁷

D. Bonifácio Jansen não se opôs ao pedido de Rodrigo. Ao contrário, entende a importância do SPHAN na conservação dos monumentos que os antepassados com “tantos sacrifícios, tanto espírito e de religião e tanto bom gosto construíram e nos deixaram como preciosa herança, digna de toda estima e veneração”.³⁸

Com a confiança dos responsáveis pelo Mosteiro de São Bento, Rodrigo agia estrategicamente com o objetivo de obter acesso aos arquivos do mosteiro. Ele utilizava a Revista do Patrimônio como espaço de divulgação de ações realizadas pelo órgão e principalmente divulgando o histórico desses, bem como justificativa da relevância do seu tombamento. Evitando relutância por parte dos representantes dos mosteiros quanto o acesso aos arquivos, Rodrigo Melo age de maneira perspicaz:

Ciente de que deverá, em breve, reunir-se o Capítulo Geral da Congregação Beneditina Brasileira, venho expor e solicitar a Vossa Excelência Reverendíssima o seguinte: dado o excepcional valor histórico e cultural dos

preciosos arquivos dos mosteiros de São Bento, os trabalhos de organização e classificação dos livros, manuscritos e documentos que os compõem revestem-se de interesse nacional, incidindo, assim, a preservação e proteção não apenas de imóveis, mas também de bens móveis (...). Empenhado no fiel cumprimento desses e dos demais dispositivos da lei que lhe regula as atribuições e o funcionamento (...) este serviço julga oportuno solicitar a Vossa Excelência Reverendíssima queira submeter ao Capítulo Geral uma sugestão no sentido de serem conferido ao R. D. Clemente Maria da Silva Nigra, O.S.B., delegado deste serviço junto aos mosteiros de São Bento, todas as atribuições e poderes necessários ao cabal desempenho da sua missão de organizar e catalogar os arquivos dos mosteiros, sendo-lhe, para esse fim, facilitados os estudos e pesquisas necessários nos mencionados arquivos e, em geral, nos estabelecimentos beneditinos do país...³⁹

O primeiro passo de Rodrigo Melo Franco foi tomar parte da reunião do Capítulo Geral da Congregação Beneditina Brasileira. Provavelmente tinha conhecimento da estrutura da Ordem de São Bento. Diferente das demais ordens religiosas, a Ordem de São Bento, seguindo uma tradição própria, privilegia a autonomia de seus mosteiros e congregações. O abade primaz, que corresponderia ao superior geral das outras ordens, não possui o mesmo poder que este. Cada mosteiro conserva a sua autonomia. Se Rodrigo Melo desejava ter acesso aos arquivos dos mosteiros, deveria ter a autorização de cada abade. Nesse sentido, a reunião era um importante meio de comunicação com os representantes de cada mosteiro. A grande estratégia foi indicar D. Clemente da Silva Nigra, um monge do Mosteiro de São Bento, como representante do SPHAN, para tratar dos assuntos dos mosteiros. Ao sugerir a D. Lourenço Zeller que submeta ao Capítulo Geral o intuito de dar a D. Clemente da Silva Nigra todas as atribuições e poderes necessários para organizar e catalogar os arquivos do mosteiro, Rodrigo Melo Franco certamente teria a garantia de que seu pedido fosse atendido, tendo assim acesso aos arquivos por meio de D. Clemente da Silva Nigra.

Tenho a honra de acusar o ofício do dia 31 de maio do corrente ano, e me julgo feliz de comunicar a V. Ex.^a Que pude propor aos Revmos., senhores abades reunidos em junta capitular, o seu desejo de conferir ao R. D. Clemente Maria da Silva Nigra O.S.B. os poderes necessários para o desempenho da sua missão de delegado do “Serviço etc” juntos aos mosteiros de nossa Ordem beneditina no Brasil. *Em primeiro lugar tenho de assegurar V. Exas. de que os Revmos. Srs. abades reconhecem-lhe agradecidos a fineza de ter encarregado um monge da ordem da função de delegado do “Serviço”*[grifos nossos]. Tenho, pois, a participar a V. Ex.^a que todos os superiores dos nossos mosteiros não somente têm o maior interesse de conservar e catalogar os documentos dos próprios arquivos, mas estão também obrigados pelas leis da Igreja a cuidar dele, pelo que há sempre em cada mosteiro um monge encarregado de ofício de arquivista. Os superiores declaram-se dispostos a facilitar ao R. D. Clemente os estudos e pesquisas necessários para o desempenho da sua missão.⁴⁰

A estratégia de Rodrigo foi efetiva, despertando o interesse dos abades obtendo o direito de acesso aos arquivos dos mosteiros de São Bento. Provavelmente desejava que o acesso aos arquivos gerasse estudos que pudessem ser transformados em artigos para a Revista do Patrimônio. Não à toa, assim como Noronha Santos, D. Clemente da Silva Nigra foi um dos autores que mais publicaram artigos na revista.⁴¹

A rede de sociabilidade de Rodrigo Melo Franco foi um importante mecanismo usado pelo editor da Revista do Patrimônio como base para a construção dos artigos publicados na revista. Por meio desta rede, Rodrigo também procurou informações de intelectuais que tomava conhecimento por meio da imprensa. Dessa forma foi estabelecido o seu contato com Deoclécio Redig de Campos. Em 1937 Rodrigo Melo procura Mário de Andrade para saber informações sobre o autor depois de tomar conhecimentos de um artigo sobre a existência de um modelo do pintor Anthony Van Dyck no Brasil. Mario de Andrade então responde:

Nunca ouvi falar no tal Van Dyck, nem ninguém. Tenho dado pulos pra saber com quem está, nada, ninguém conhece, ninguém nunca não ouviu falar, ninguém não sabe nem quem é o tal Redig de Campos que escreveu o artigo, aqui provavelmente não mora, pelo menos não tem telefone.⁴²

Rodrigo consegue a colaboração de Deoclécio Campos, que publica na 3ª edição da revista o artigo “Um desenho preparatório para a *Libertação de São Pedro*, obra da escola de Rafael, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. As cartas trocadas entre ambos fazem revelar que o processo de construção do artigo se deu mediante intensa participação de Rodrigo Melo Franco. Era de interesse de Deoclécio Campo que o artigo fosse publicado na Revista do Patrimônio por considerá-la um importante meio de difusão de pesquisas sobre o passado brasileiro. Procura sugerir de maneira a melhorar o aspecto físico do periódico, por meio dos recursos técnicos disponíveis.

(...) apresenta a terceiros cumprimentos e lhe envia o manuscrito do artigo prometido p/ a *Revista do Patrimônio* (...). Para a ilustração mande-se tirar um exemplar da fotografia Leica feita p/ o meu catálogo em 1937. O número da negativa correspondente é 31, 1. O fotógrafo foi um certo Hess, alemão. Podendo-se fazer nova fotografia p/ evitar o inconveniente da ampliação seria melhor; o Hess (conhecido no Gabinete de Estampas da Biblioteca Nacional) a faria muito bem. Desejaria a ilustração à plena página “hous-texa”. Desejaria também um certo número de excertos com capa própria, se isto não for contrário aos desejos e hábitos da direção. Posso também, enquanto se estiver compondo o texto na tipografia, mandar executar o clichê aqui pela melhor casa de Roma “Mercandetti”, e enviar o próprio clichê à redação da revista do SPHAN.⁴³

No papel de editor, Rodrigo Melo Franco, nesse caso, também interfere no texto, sugerindo correções, modificando a ortografia, o que provoca uma dúvida por parte de Deoclécio Campos a respeito da ortografia. “Aqui vai parte das provas corrigidas: falta o capítulo sobre Miguel Ângelo (...). Notei que a ortografia adotada não é nem a moderna nem a antiga, mais uma espécie de ortografia reformada com menor quantidade de acentos. É regra das publicações do Ministério?”⁴⁴

Como visto, Rodrigo não media esforços em articular profissionais e intelectuais que possuíam reconhecimento público, contribuindo para o aumento da credibilidade da Revista do Patrimônio. Assim, era de seu interesse que intelectuais estrangeiros colaborassem com o periódico, pois daria credibilidade não só nacional, como também internacionalmente, na medida que os trabalhos do órgão pudessem ser divulgados no exterior. Uma das figuras estrangeiras convidada por Rodrigo Melo seria Robert Smith. Como relata o próprio Robert Smith, Rodrigo Melo demonstrara interesse em seus estudos no período anterior a criação do SPHAN:

Conheci-o primeiro em 1937, quando visitavam os velhos sítios do Brasil colonial e lá descobria a maravilha da transplantação do barroco português. Trocamos impressões num dia de março, quando nascia o grande Serviço. “O senhor, que conhece a arte portuguesa, pode ser-nos útil aqui no Brasil”, disse-me o Dr. Rodrigo, naquela primeira entrevista.⁴⁵

No intuito de expandir, fora do Brasil, os estudos sobre o patrimônio brasileiro, Rodrigo facilitou as viagens de Robert Smith pelo Brasil para realizar pesquisas, divulgou seus artigos, organizou exposições e conferências para que pudesse apresentar seu trabalho: “Facilitou, no Brasil, as minhas viagens e pesquisas; enviou-me, no estrangeiro, fotografias, livros, apontamentos. Publicou os meus estudos, mandou circular as minhas exposições fotográficas, promoveu as minhas conferências”.⁴⁶

As ações de Rodrigo Melo Franco, como editor da Revista do Patrimônio, mostram um personagem de múltiplos papéis. Com Robert Smith, ganha destaque o papel do tradutor. As cartas permitem compreender que mesmo escrevendo bem na língua portuguesa, Robert Smith, ao enviar o artigo para publicação, o fazia em inglês. Rodrigo então se encarregava de fazer as traduções, ao mesmo tempo que propunha correções e sugestões ao texto.

Muito contente por ter agora o esclarecimento do mistério das omissões das páginas 22 para 23, concordo com a sua sugestão, autorizando a introdução da vírgula depois de *houses* e do verbo *were* a seguir, como disse o senhor... Agradeço-lhes os dois pelo cuidado com que tem lido o meu trabalho, e a extraordinária cortesia de me comunicar as suas impressões.⁴⁷

O interesse de Rodrigo na figura de Robert Smith teve o retorno desejado, na divulgação das atividades do órgão e dos seus estudos elaborados através da linha editorial do SPHAN. Robert Smith foi um dos responsáveis por publicar textos sobre o SPHAN em publicações estrangeiras, como nos manuais americanos especializados:

(...) the SPHAN, organization which for the last few years has been doing admirable service in the various fields of Brazillian art and archeology. The official organ of a governmental department devoted to the preservation of historic buildings and sites. Contains almost exclusively short monographs on colonial craftsmen and their work. Most of the articles are written by members of the staff and are concerned with the results of undertakings and research sponsored by SPHAN. There are special bibliographies, but no book reviews. The illustrations, sometimes in color, are very fine.⁴⁸

Robert Smith publicou na 5^a e 9^a edição da Revista do Patrimônio, com os respectivos artigos: “O códice de frei Cristóvão de Lisboa” e “Documentos baianos”. Sua escolha, como vimos, pode ser vista dentro da estratégia de Rodrigo de divulgação das atividades do SPHAN no estrangeiro. Contribui para compreender a versatilidade de Rodrigo Melo no que diz respeito às articulações realizadas nos universos de publicação dos artigos na revista, um editor completo, exercendo, quando necessário, o papel de tradutor.

Os investimentos em pesquisas não se restringiam aos técnicos regionais e a Robert Smith. Dentro do quadro técnico do SPHAN da antiga capital federal, Rodrigo Melo Franco constantemente estimulava os técnicos da sua repartição a estudar, fazer pesquisas. Sem distinção entre os técnicos, mesmo a sua recente contratada secretária, Judith Martins, sem domínio de qualquer discussão sobre o patrimônio, era obrigada a pesquisar por ordem de Rodrigo. Como revela Judith Martins, a sua publicação na 3^a edição da Revista do Patrimônio do texto “O primeiro depoimento estrangeiro sobre Aleijadinho”, foi feita por imposição de Rodrigo:

Foi a primeira coisa que começou a fazer (estimular a pesquisa) desde que nós chegamos aqui. Eu, inteiramente alheia a esses assuntos, já em 1938 publicava uma pequena bibliografia comentada sobre o Aleijadinho. Por imposição dele. Quer dizer, em dois anos, de 1936 para 1938, já publicando um artigo!⁴⁹

Além das pesquisas, Judith Martins revela que Rodrigo obrigava os funcionários de sua repartição a estudar em cursos na Cultura Inglesa e Aliança Francesa. Para os estudos de História da Arte, contratou Hanna Levy que lecionava três aulas durante a semana, tratando desde a arte pré-histórica à contemporânea. Judia emigrada da Alemanha, Hanna Levy cursou na Sorbonne. Foi contratada por indicação de Aníbal Fernandes. Como não tinha conhecimento da arte brasileira, fora obrigada por Rodrigo a

frequentar o curso de História da Arte Brasileira na antiga Universidade do Distrito Federal. Podemos apreender que era da vontade de Rodrigo que Hanna Levy se aprofundasse nos estudos sobre a história da arte brasileira. Devido a sua formação, era evidente que o editor da Revista do Patrimônio tinha interesse na publicação dos seus textos. Isso justifica o fato de Hanna Levy ter publicado em cinco edições da Revista do Patrimônio durante o período em que esteve no Brasil, logo após assumir o cargo de pesquisadora do órgão.

A mão do autor e a mente do editor na *Revista do Patrimônio*.

Nos oito volumes da revista analisados, foram publicados 97 artigos com autoria.⁵⁰ Os artigos revelam um interessante aspecto a respeito da rede que se estabeleceu dentro da revista: dentre os 88 artigos publicados com autoria, podemos perceber a ausência de rotatividade. Dentre os 55 autores, pelo menos 27 publicaram em duas ou mais edições da *Revista do Patrimônio*. Os motivos para a forte presença dos mesmos autores em diversas edições, como foi abordado neste artigo, decorre da formação profissional e a ligação que esses autores estabeleciam com Rodrigo Melo Franco e o SPHAN. As cartas, os recortes de jornais e os documentos oficiais, revelam um importante aspecto da constituição das ações do SPHAN refletidas no periódico, apontando o pensamento sobre o patrimônio característico a um domínio específico do quadro especializado, demarcando um espaço de concentração do discurso sobre o patrimônio.

Os documentos aqui analisados revelam que Rodrigo esteve envolvido de forma direta ou indireta na produção de 19 artigos. Tomando o depoimento de Judith Martins, podemos somar o artigo que, segundo ela, foi uma exigência de Rodrigo Melo Franco. Além disso, no depoimento, Judith Martins é clara ao frisar que Rodrigo solicitou que Hanna Levy realizasse o curso de História da Arte Brasileira, tema dos seus quatro artigos na revista. As cartas trocadas com Noronha Santos permitem afirmar que da mesma maneira que Rodrigo solicitava informações sobre os bens a serem tombados na cidade do Rio de Janeiro, também o fazia na produção dos artigos para a revista. Nesse universo, percebemos a sua influência na produção de 28 artigos dentre os 97 publicados. Se levarmos em consideração outros aspectos, essa influência torna-se ainda maior. Quando foi tratado que Rodrigo informa a Mario de Andrade que o primeiro número da revista não sairá na data prometida devido ao atraso no envio dos artigos por parte de Heloisa Alberto Torres, Roquette Pinto e Augusto Meyer, podemos sugerir,

diante da análise realizada, que os artigos podem ter sido solicitados por Rodrigo, como ficou claro nas cartas trocadas com Augusto Meyer e Mario de Andrade a respeito do primeiro número da publicação.

As cartas mostraram, ainda, que Rodrigo Melo Franco exigia dos funcionários do SPHAN a publicação de artigos relacionados à região onde estavam desenvolvendo seus trabalhos. Isso revela um importante quadro sobre o grande número de colaboradores da *Revista do Patrimônio* ligados ao Conselho do SPHAN e/ou a diretórios regionais. Ayrton de Almeida Carvalho (chefe do 1º Distrito Histórico Regional de Pernambuco do SPHAN), Epaminondas de Macedo (engenheiro do SPHAN em Minas Gerais), Godofredo Filho (poeta e colaborador do SPHAN em Salvador), José Wasth Rodrigues (pintor, estudioso da pintura histórica, conselheiro do SPHAN), José de Souza Reis (subsecretário do SPHAN de 1938 a 1980), Paulo Thedim Barreto (arquiteto integrante do primeiro grupo de técnicos do SPHAN), Nair Batista (técnica do SPHAN), Afonso Arinos de Melo Franco (historiador e conselheiro do SPHAN), todos esses colaboradores ao mesmo tempo que realizavam atividades para o SPHAN, utilizavam o espaço da revista como legitimação das ações do próprio órgão, por intermédio de Rodrigo Melo Franco.⁵¹

Outro colaborador assíduo, sendo o que mais escreveu artigos para a *Revista do Patrimônio*, sete no total, contabilizando quatro dentro do nosso recorte, foi Artur César Ferreira Reis.⁵² Importante historiador e geógrafo, nascido em Manaus, foi secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, debruçou sobre pesquisas relacionadas a região amazônica para a revista. Seus artigos representam o patrimônio esquecido por parte da política de tombamento do SPHAN.

Tendo em vista o perfil dos autores, a análise das oito primeiras edições da revista admite perceber a predominância de artigos sobre arquitetura, arte e história caracterizando quase a totalidade das publicações. Permite afirmar que a política editorial do SPHAN visava difundir os valores referentes à preservação do patrimônio cultural brasileiro para um público amplo, mas o caráter predominante dos temas restringia a sua distribuição ao grupo que se interessava em discutir a identidade nacional brasileira e seus monumentos. Pretendia dar legitimidades às ações realizadas pelo SPHAN, consagrando assim os monumentos históricos como patrimônio a serem preservados. Os artigos tornam evidentes como o SPHAN, na representação de Rodrigo

Melo Franco, privilegiou objetos da cultura material, da história oficial do Brasil, como foco de preservação, deixando à margem outros elementos da cultura nacional.

Rodrigo assinou somente um artigo publicado na Revista do Patrimônio dentro do nosso recorte. Grande parte dos artigos de sua autoria era publicada em jornais ou apresentada em palestras e afins. Mesmo não assinando os artigos da Revista do Patrimônio, pudemos visualizar neste trabalho que Rodrigo Melo Franco esteve envolvido diretamente na elaboração de praticamente todos eles, ora solicitando estudos do seu interesse, ora interferindo na escrita, traduzindo, corrigindo. Sugere que praticamente nenhum artigo passou livre do seu olhar de editor. Permite afirmar que, de certa maneira, Rodrigo também foi o autor dos artigos publicados, revelando o importante papel realizado por ele na consagração do patrimônio no período estudado. A ideia de patrimônio era determinada pela concepção que Rodrigo Melo tinha do que era patrimônio e deveria ser preservado.

¹ Para o nosso estudo utilizaremos a denominação SPHAN. A denominação da instituição foi modificada diversas vezes: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN (1937-1946); Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/DPHAN (1946-1970); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN (1970-1979); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN (1979-1990); Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/IBPC (1990-1994); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN (desde 1994).

² Grafamos o nome conforme empregado pelo próprio Nimuendajú.

³ Até o número 11, as datas impressas na capa (ano de registro) seguem uma sequência. Um intervalo de oito anos separa o número 11 do 12 e, a partir deste número, o periódico volta a ter uma certa regularidade. De acordo com Marcia Chuva a revista não seguia a regularidade apresentada nas capas, demonstrando que, no caso a edição número 11, que estampa o ano de 1947 na capa, só circulou no ano de 1954. Dessa maneira, os oito números da revista que iremos analisar dentro do nosso recorte tem impresso em sua capa as datas que vão de 1937 a 1944. Porém, a edição número 8 circulou somente em 1947. A sua inserção dentro do nosso recorte se dá devido ao fato de que, como iremos analisar no texto, a maioria dos artigos publicados foram produzidos durante o período que antecede o fim do Estado Novo, sofrendo um atraso na sua publicação devido algumas exigências realizadas por Rodrigo Melo.

⁴ BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 1. Rio de Janeiro: SPHAN, 1937, p. 8.

⁵ Estabelecemos o recorte no período que abrange o Estado Novo (1937-1945) por se tratar do período em que houve um incessante investimento por parte do Estado nas políticas culturais, isso incluía um elevado investimento em periódicos que servissem como mecanismo de propaganda do Estado, o que permite analisar a revista dentro do espectro ideológico que se estabeleceu durante o regime que reverberou nas políticas patrimoniais. Esse período abrange as edições de 1 a 8.

⁶ Ver os estudos realizados por RUBINO, Silvana. *As fachadas da memória: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1991; GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996; GUEDES, Tarcila. *O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e Patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)*. São Paulo: Annablume, 2000; e FONSECA,

Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 3ª e 4ª edições, 2009/2017.

⁷ Ver os estudos realizados pelos historiadores TEIXEIRA, Luciano do Santos. *Civilização material, História e preservação em Afonso Arinos*. In: CHUVA, Marcia e NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012, p. 47- 57; LANARI, Raul Amaro de Oliveira. *O patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de mestrado em História. Belo Horizonte: UFMG, 2010; SILVA, Cintia Mayuame de Carli. *Revista do Patrimônio: editor, autores e temas*. Dissertação de mestrado em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2010; Ribeiro, Robson Orzari. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a história da arte engajada na política de preservação no Brasil*. Dissertação em História da Arte. Campinas: IFCH/Unicamp, 2013; e CHUVA, Márcia Regina Romero. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

⁸ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. “Mediação intelectual e percursos da cultura no Brasil dos anos 1930: o caso da coleção Brasileira e da Cia. Editora Nacional”. In.: RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane. *Travessias e cruzamentos culturais: a mobilidade em questão*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

⁹ CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador - conversações com Jean Lebrun/Roger Chartier* (Trad. de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes). São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo/ Editora UNESP, 1998.

¹⁰ Para Chartier, a reciprocidade é um trato onde “o autor oferece um livro contendo o texto que escreveu e, em troca, recebe as manifestações da benevolência do príncipe, traduzida em termos de proteção, emprego ou recompensa”. Ver CHARTIER, Op. cit., p. 39-40.

¹¹ Chartier esclarecer: A dedicatória “pode ser, tratando-se de um impresso, a oferta de uma cópia manuscrita com bela caligrafia e ricamente ornamentada (...). Na cena da dedicatória, a mão do autor transmite o livro à mão que o recebe, a do príncipe, do poderoso ou do ministro. Em contrapartida deste dom, um contra-dom é buscado, seja ele um cargo, um emprego, uma pensão”. CHARTIER, Op. cit., p.39.

¹² CHARTIER, Roger. Op. cit., p. 40.

¹³ CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor / Roger Chartier* (Trad. de George Schlesinger). São Paulo: Editora Unesp, 2014.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem, p. 38.

¹⁶ Idem, p. 31.

¹⁷ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural/ Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 129.

¹⁸ ANDRADE, Mario. *Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)*. Publicações do SPHAN, 33. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória, 1981, p. 70.

¹⁹ Idem, p. 74.

²⁰ A “D. Heloisa” a qual Rodrigo Melo Franco se refere trata-se de Heloisa Alberto Torres, antropóloga que dirigiu o Museu Nacional de 1938 a 1955, sendo responsável pela restauração do prédio e pela inauguração da exposição permanente dessa instituição. Publicou somente na primeira edição da revista o artigo “Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil”, tratando de uns dos poucos temas valorizados pelo SPHAN durante o período da fase heroica: Arqueologia e Etnografia.

²¹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural/ Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 134.

-
- ²² Carta de Rodrigo Melo a Luiz Saia, de 17 de março de 1939. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades /SAIA, LUIS. Caixa 113/Pasta 370.
- ²³ Carta de Rodrigo Melo a Luiz Saia, de 25 de março de 1939. Ibidem
- ²⁴ Carta de Rodrigo Melo enviada a Luiz Saia no dia 24 de outubro de 1939. Ibidem.
- ²⁵ Carta de Luis Saia a Rodrigo Melo, de 03 de dezembro de 1944. Ibidem.
- ²⁶ Carta de Rodrigo Melo a Luis Saia, de 09 de setembro de 1946. Ibidem.
- ²⁷ Segundo o IBGE, a primeira divisão do território do Brasil em grandes regiões foi proposta em 1913, os chamados *cinco brasís*. A divisão em grandes regiões proposta em 1913 influenciou estudos e pesquisas até a década de 1930. Em 1938 foi adotada a divisão usada pelo Ministério da Agricultura, dividindo o Brasil em Sul, Centro, Este, Norte e Nordeste, em que o estado do Rio de Janeiro e São Paulo pertenciam a Região Sul.
- ²⁸ XAVIER, Laura Regina. *Patrimônio em prosa e verso: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer*. Dissertação de mestrado, 156 f. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 61.
- ²⁹ Idem, p. 67.
- ³⁰ Carta de Salomão de Vasconcelos a Rodrigo Melo, de 06 de maio de 1938. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais. RMFCp 15.
- ³¹ Carta de Gilberto Freyre a Rodrigo Melo Franco, de 07 de julho de 1937. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais. RMFCp 05.
- ³² Recorte de Jornal do Estado de Minas, de outubro de 1976. Texto de Carlos Drummond de Andrade, “O Velho Noronha”. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades /Santos, Francisco de Agenor Noronha. 93.01; 13,5, 006.
- ³³ Carta de Rodrigo Melo Franco a Noronha Santos, de 10 de junho de 1942. Ibidem.
- ³⁴ Carta de Rodrigo Melo Franco a Noronha Santos, de 28 de maio de 1943. Ibidem.
- ³⁵ Dentro do nosso recorte, Noronha Santos publicou os artigos “A Igreja de São Francisco Xavier”, “Aqueduto do Carioca”, “Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro” e “O parque da Praça da República, antigo da Aclamação”, nas 1^a, 4^a, 6^a e 8^a edições respectivamente.
- ³⁶ Carta de Rodrigo Melo Franco ao cardeal D. Sebastião Leme, sem data. Arquivo IPHAN. Coleção Personalidades. Série: Rodrigo Melo Franco. Subsérie: Correspondências (Nominal) cn. Pasta 02 – Letras A-C. RM/CN 6 a 36. Módulo: 34. Caixa 07.
- ³⁷ Carta de Rodrigo Melo Franco a D. Bonifacio Jansen, de 02 de junho de 1938. Arquivo IPHAN. Coleção Personalidades. Série: Rodrigo Melo Franco. Subsérie: Correspondências (Nominal) cn. Pasta 08. RM/Ct – 7 a 9, 16 a 19. Módulo: 34. Caixa 10.
- ³⁸ Carta de D. Bonifacio Jansen a Rodrigo Melo, de 16 de junho de 1938. Ibidem
- ³⁹ Carta de Rodrigo Melo ao arquiabade D. Lourenço Zeller, de 31 de maio de 1941. Arquivo IPHAN. Coleção Personalidades. Série: Rodrigo Melo Franco. Subsérie: Correspondências (Nominal) cn. Pasta 08. RM/Ct – 7 a 9, 16 a 19. Módulo: 34. Caixa 10.
- ⁴⁰ Carta sem autoria, de 06 de julho de 1941, provavelmente seja de D. Lourenço Zeller por se tratar de uma resposta à carta enviada por Rodrigo Melo Franco. Ibidem
- ⁴¹ Após a autorização para o acesso aos arquivos, foram publicados sucessivos textos na revista, tratando de temas que diziam respeito ao Mosteiro de São Bento. O primeiro artigo seria publicado na 5^a edição da revista com o título “Os dois grandes lampadários do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro”. Na 6^a edição foi publicado o artigo “A prataria seiscentista do Mosteiro de S. Bento” e “A antiga Fazenda de São Bento em Iguaçu” seria publicado nas 7^a e 8^a edições respectivamente.
- ⁴² ANDRADE, Mario. Op. cit., p. 77.
- ⁴³ Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades/Deoclécio Redig de Campos, caixa 0017, pasta 0057.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades/Smith, Robert, caixa 0119, pasta 0388.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Carta de Robert Smith para Rodrigo Melo Franco, de 21 de junho de 1951. Ibidem

⁴⁸ *Relatório de atividades do ano de 1939 e projeções para o ano de 1940*. Documento interno do Ministério da Educação e Saúde. Arquivo Central do IPHAN, série Documentos Técnico Administrativos, caixa 243, pasta 49.

⁴⁹ THOMPSON, Ana lucia. Fundação Pró-Memória (verbete). In: *Entrevista com Judith Martins*. Memórias do Patrimônio, 1. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010, p. 39.

⁵⁰ Na 1ª edição da *Revista do Patrimônio* encontram-se quatro notas sem autoria. Uma trata do diário de Louis Vauthier que, como foi apontado, foi escrita por Gilberto Freyre com ajuda de Rodrigo Melo. As outras tratam de museus nacionais, sendo elas: “Museu Regional de Olinda”, “Museu Mariano Procopio, de Juis de Fora” e “Museu Coronel David Carneiro, em Curitiba”. Cabe ressaltar que, apesar da edição número 8 da revista ter circulado somente no ano de 1947, foi tomada como objeto de análise dentro do nosso recorte devido aos atrasos na publicação dos artigos, o que permite perceber que parte dos artigos foram elaborados no período do Estado Novo.

⁵¹ Ayrton de Carvalho publicou “Algumas notas sobre o uso da pedra na arquitetura religiosa do Nordeste” na 6ª edição; Epaminondas de Macedo publicou “A Capela de N. S. de Sant’Anna na 1ª edição; Godofredo Filho publicou “Seminário de Belém da Cachoeira” na 1ª edição e “A torre e o castelo da Garcia d’Avila” na 3ª edição; José W. de Sousa publicou “A casa de moradia no Brasil antigo” na 3ª edição; Paulo T. Barreto publicou “Uma casa de fazenda em Jurujuba” na 1ª edição e “O Piauí e a sua arquitetura” na 2ª; Nair Batista publicou “Pintores do Rio de Janeiro colonial” na 3ª edição, “Valentim da Fonseca e Silva” na 4ª e “Caetano da Costa Coelho e a pintura da Ordem 3ª de São Francisco da Penitencia” na 5ª; Afonso Arinos publicou “O primeiro depoimento estrangeiro sobre o Aleijadinho” na 3ª edição.

⁵² Publicou os artigos “Vestígios artísticos da dominação lusitana na Amazônia”, “Roteiro histórico das fortificações no Amazonas”, “Das condições defensivas da capitania do Pará ao findar o século XVIII” e “Aspectos da Amazônia na sexta década do século XVIII” nas 5ª, 6ª, 7ª e 8ª edições, respectivamente.